



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1572475 - SP (2019/0255138-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : JOSE MESSA SANCHES
AGRAVANTE : CACILDA DO AMARAL SANCHES
ADVOGADOS : MARCELO VINICIUS ANDRADE AFFONSO - SP319034
ÉRIKA ÉTTORI - SP311395
AGRAVADO : MICHELE GONCALVES DE LIMA
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO NUNES DE SOUSA
ADVOGADO : ADRIANO SOUZA MARINHO - SP172435
INTERES. : CRISTIANO MESSA AMARAL
INTERES. : ADRIANO MESSA DO AMARAL
INTERES. : GUINES MESSA AMARAL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: embargos à adjudicação, opostos pelos agravantes, nos quais alegam que não são partes no processo de execução e que o imóvel penhorado e adjudicado é bem de família, encontrando-se sob a égide da Lei nº 8.009/90.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial por ser fundado em: *i)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados; *ii)* inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional; *iii)* incidência da Súmula 7/STJ e *iv)* falta de comprovação do dissídio jurisprudencial;

ARESP de JOSE MESSA SANCHES e outra: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos referidos óbices: *i)* inadmissibilidade de recurso especial fundado em violação de dispositivo constitucional e *ii)* incidência da Súmula 7/STJ.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor atualizado da causa, observada eventual concessão de justiça gratuita.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora